

ISSN 15169111

PAPERS DO NAEA Nº 324

**REMESSAS MONETÁRIAS E NÃO MONETÁRIAS: FLUXOS E
INTEGRAÇÃO EM POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO NA
AMÉRICA LATINA E CARIBE**

Hisakhana Corbin

Belém, Dezembro de 2013

O Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) é uma das unidades acadêmicas da Universidade Federal do Pará (UFPA). Fundado em 1973, com sede em Belém, Pará, Brasil, o NAEA tem como objetivos fundamentais o ensino em nível de pós-graduação, visando em particular a identificação, a descrição, a análise, a interpretação e o auxílio na solução dos problemas regionais amazônicos; a pesquisa em assuntos de natureza socioeconômica relacionados com a região; a intervenção na realidade amazônica, por meio de programas e projetos de extensão universitária; e a difusão de informação, por meio da elaboração, do processamento e da divulgação dos conhecimentos científicos e técnicos disponíveis sobre a região. O NAEA desenvolve trabalhos priorizando a interação entre o ensino, a pesquisa e a extensão.

Com uma proposta interdisciplinar, o NAEA realiza seus cursos de acordo com uma metodologia que abrange a observação dos processos sociais, numa perspectiva voltada à sustentabilidade e ao desenvolvimento regional na Amazônia.

A proposta da interdisciplinaridade também permite que os pesquisadores prestem consultorias a órgãos do Estado e a entidades da sociedade civil, sobre temas de maior complexidade, mas que são amplamente discutidos no âmbito da academia.

Papers do NAEA - Papers do NAEA - Com o objetivo de divulgar de forma mais rápida o produto das pesquisas realizadas no Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) e também os estudos oriundos de parcerias institucionais nacionais e internacionais, os Papers do NAEA publicam textos de professores, alunos, pesquisadores associados ao Núcleo e convidados para submetê-los a uma discussão ampliada e que possibilite aos autores um contato maior com a comunidade acadêmica.



Universidade Federal do Pará

Reitor

Carlos Edilson de Almeida Maneschy

Vice-reitor

Horacio Schneider

Pró-reitor de Pesquisa e Pós-graduação

Emmanuel Zagury Tourinho

Núcleo de Altos Estudos Amazônicos

Diretor

Fábio Carlos da Silva

Diretor Adjunto

Durbens Martins Nascimento

Coordenador de Comunicação e Difusão Científica

Silvio Lima Figueiredo

Conselho editorial do NAEA

Prof. Dr. Armin Mathis – NAEA/UFPA

Prof. Dr. Durbens Martins Nascimento – NAEA/UFPA

Profa. Dra. Edna Castro – NAEA/UFPA

Prof. Dr. Fábio Carlos da Silva – NAEA/UFPA

Prof. Dr. Francisco Costa – NAEA/UFPA

Prof. Dr. Luis Eduardo Aragón Vaca – NAEA/UFPA

Prof. Dr. Silvio Lima Figueiredo – NAEA/UFPA

Sector de Editoração

E-mail: editora_nea@ufpa.br

Papers do NAEA: papers_nea@ufpa.br

Telefone: (91) 3201-8521

Paper 324

Recebido em: 05/11/2013.

Aceito para publicação: 05/12/2013.

Revisão de Língua Portuguesa de responsabilidade do autor.

REMESSAS MONETÁRIAS E NÃO MONETÁRIAS: FLUXOS E INTEGRAÇÃO EM POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO NA AMÉRICA LATINA E CARIBE

Hisakhana Corbin¹

Resumo:

Este artigo enfoca o fluxo e a integração de remessas monetárias e não monetárias nas políticas de desenvolvimento dos países da América Latina e Caribe (ALC). Além de refletir sobre as principais proposições teóricas sobre as remessas, os principais fluxos migratórios que alimentam o envio de remessas monetárias e não monetárias para a região são quantificados e discutidos. Dados de fontes primárias e secundárias são apresentados. Embora o foco principal seja sobre ALC, referências são feitas a países selecionados na África e na Ásia, a fim de oferecer uma perspectiva mais ampla sobre os fluxos e a maneira pela qual as remessas monetárias e não monetárias são consideradas na agenda política dos governos e das organizações intergovernamentais. Observou-se que em relação ao PIB, a ALC é fortemente dependente de remessas. No entanto, uma variação significativa é observada em relação à dependência de remessas e às considerações dadas às remessas em políticas de desenvolvimento. Enquanto dimensões da migração como a “fuga de cérebros” é às vezes percebida como um obstáculo ao desenvolvimento, este trabalho confirma que a migração e as remessas poderiam impactar positivamente as economias dos países receptores na ALC se instrumentos adequados de política fossem elaborados e bem implementados.

Palavras-chave: Migrações. Remessas. América Latina. Caribe.

MONETARY AND NONMONETARY REMITTANCES: FLOWS AND INTEGRATION INTO DEVELOPMENT POLICIES IN LATIN AMERICA AND THE CARIBBEAN

Abstract:

This paper focuses on the flow and integration of monetary and non-monetary remittances in development policies in countries of Latin America and the Caribbean (LAC). In addition to reflecting on the major theoretical propositions on remittances, the major migratory flows, which continue to lead to inflows of monetary and nonmonetary remittances to the region, are quantified and discussed. Data from both secondary and primary sources are presented. While the major focus is on LAC, reference is made to selected countries in Africa and Asia in order to offer a wider perspective on the flows and manner in which monetary and non-monetary remittances are considered in policy agenda for government and intergovernmental organizations. It has been observed that relative to GDP, LAC is heavily dependent on remittances. However, a significant variation is observed regarding the dependency on remittances and the considerations given to remittances in development policies. While dimensions of migration such as brain-drain sometimes perceived a hindrance to development, this paper confirms that migration and remittances could impact positively on the economies of receiving countries in LAC if appropriate policy instruments are elaborated and well implemented.

Keywords: Migration. Remittances. Latin America. Caribbean.

¹ Doutor em Desenvolvimento Socioambiental, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA), Universidade Federal do Pará (UFPA), Belém, Brasil. Associado Sênior, Unidade de Salvaguardas Socioambientais, Banco Interamericano de Desenvolvimento, Washington, EUA.

1 INTRODUÇÃO

Com as remessas monetárias sendo recentemente identificadas como possíveis ferramentas para acelerar o desenvolvimento socioeconômico dos países em desenvolvimento, a sua definição e seus impactos sobre o desenvolvimento socioeconômico permanecem polêmicos. Contudo, no nível acadêmico e entre tomadores de decisão, as instituições regionais e multilaterais, inclusive o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional (FMI), reconhecem as remessas como fonte alternativa de financiamento para acelerar o desenvolvimento socioeconômico. Com base nessas premissas, este trabalho apresenta uma visão geral dos fluxos e as formas em que as remessas monetárias e não monetárias são integradas em políticas para o desenvolvimento na América Latina e Caribe (ALC).

O papel dos arranjos institucionais e organizações da diáspora são discutidos com o intuito de oferecer uma compreensão mais aprofundada sobre as potencialidades e os desafios para o aproveitamento das remessas para o desenvolvimento dos países e/ou comunidades de origem. Apesar de que o foco principal da discussão concentra-se na ALC, o assunto é tratado também em relação a alguns países da Ásia e da África, no sentido de oferecer uma perspectiva mais ampla sobre as diversas maneiras em que as remessas são vistas e incorporadas nas agendas para o desenvolvimento entre governos e instituições intergovernamentais.

2 ASPECTOS TEÓRICOS E CONCEITUAIS

O debate sobre o conceito de remessas continua sendo bastante polêmico, bem como seus impactos sobre o crescimento econômico e o desenvolvimento. Tanto o Banco Mundial (WORLD BANK, 2005) quanto o Fundo Monetário Internacional (FMI, 2005) as definem como a soma das remessas dos trabalhadores, a compensação de funcionários, e as transferências realizadas por migrantes para seus países de origem. Na balança de pagamentos (BOP) as três medidas a seguir são usadas para categorizar as remessas: (1) remessas dos trabalhadores, (2) compensação de funcionários e (3) transferências de migrantes (FMI, 1993). As remessas dos trabalhadores transferidos entre parentes são registradas na rubrica de transferências correntes; a compensação de funcionários consiste de salários, remunerações e outros benefícios obtidos pelos trabalhadores estrangeiros ou pessoas que trabalham em países nos quais não são residentes permanentes, como por exemplo, trabalhadores sazonais e funcionários das embaixadas; e finalmente, as transferências de migrantes que mudaram de país de residência. A compensação de empregados não representa, realmente, uma transferência entre residentes e não residentes de diferentes países, mas sim, os rendimentos auferidos por serviços prestados, geralmente pagos aos trabalhadores não residentes (CHAMI et al., 2008). Os migrantes de retorno podem transferir ativos/bens financeiros acumulados para seu país de origem, principalmente

para seu próprio uso. Estas transferências seriam chamadas de transferências de migrantes e são essencialmente transferências de capital. A mudança de residência, com praticamente nenhuma transferência de ativos financeiros, pode criar entradas de transferência de migrantes (PETERS, 2009). Assim, considera-se que a compensação de empregados e as transferências de migrantes são indicadores tênues para avaliar os fluxos de remessas (PETER, 2009). No entanto, como a fonte de dados utilizada neste trabalho é o Banco Mundial, que define remessas como a soma desses três tipos de transferências, as estatísticas apresentadas ao longo do texto referem-se à somatória dos três tipos de transferências.

A vasta literatura sobre migrações salienta a importância das remessas (principalmente para os países em desenvolvimento), mas poucos avanços teóricos têm sido obtidos para explicar o fenômeno. Johnson e Whitelaw (1974) foram um dos primeiros a salientar a importância de altruísmo como o motivo principal para enviar remessas a membros familiares deixados nos países de origem. Mais tarde, considerando a família como o agente principal, Lucas e Stark (1985) classificam as remessas em três tipos: (1) por puro altruísmo, (2) por puro interesse pessoal e (3) e por autointeresse esclarecido.

No caso de puro altruísmo a função de utilidade do migrante depende de seu próprio consumo e da utilidade do resto da família no país de origem. Neste caso surgem duas hipóteses: (1) as remessas aumentam com o nível salarial dos migrantes e (2) as remessas diminuem com o nível de renda da família no país de origem; ou seja, o fluxo de remessas seria maior para as famílias mais pobres.

No caso de puro interesse pessoal, o migrante envia remessas em função de ganhos futuros no país de origem.

No caso de autointeresse esclarecido, as remessas seriam parte de um acordo contratual intertemporal, mutuamente benéfico para o migrante e para a família no país de origem. Tais acordos contratuais seriam baseados em investimentos e riscos.

As proposições teóricas de Lucas e Stark são análogas à abordagem do processo migratório dos novos economistas, segundo a qual os membros das famílias trabalham coletivamente, não necessariamente para aumentar os ganhos de renda, mas principalmente para reduzir os riscos em caso de falhas no mercado de trabalho. Nesse sentido, Stark (1991), Agarwal e Horowitz (2002), e Gubert (2002), salientaram que a família pode desempenhar o papel de intermediário financeiro, diversificando assim a fonte de renda familiar para reduzir a vulnerabilidade da família a choques financeiros.

Entretanto, dada complexidade que envolve o processo migratório, os fatores determinantes das remessas vão além do individual (migrante) e/ou familiar. Elas podem ser influenciadas por fatores estruturais, econômicos, sociais e mesmo por fatores ambientais, como catástrofes ambientais, e por peculiaridades regionais. Essa diversidade de fatores limita a formulação de uma teoria geral que

explique tanto as migrações como as remessas. Apesar das diversas motivações para as remessas, o altruísmo é referido como o ponto de partida nos modelos sobre as causas e os efeitos de remessas.

3 FLUXOS

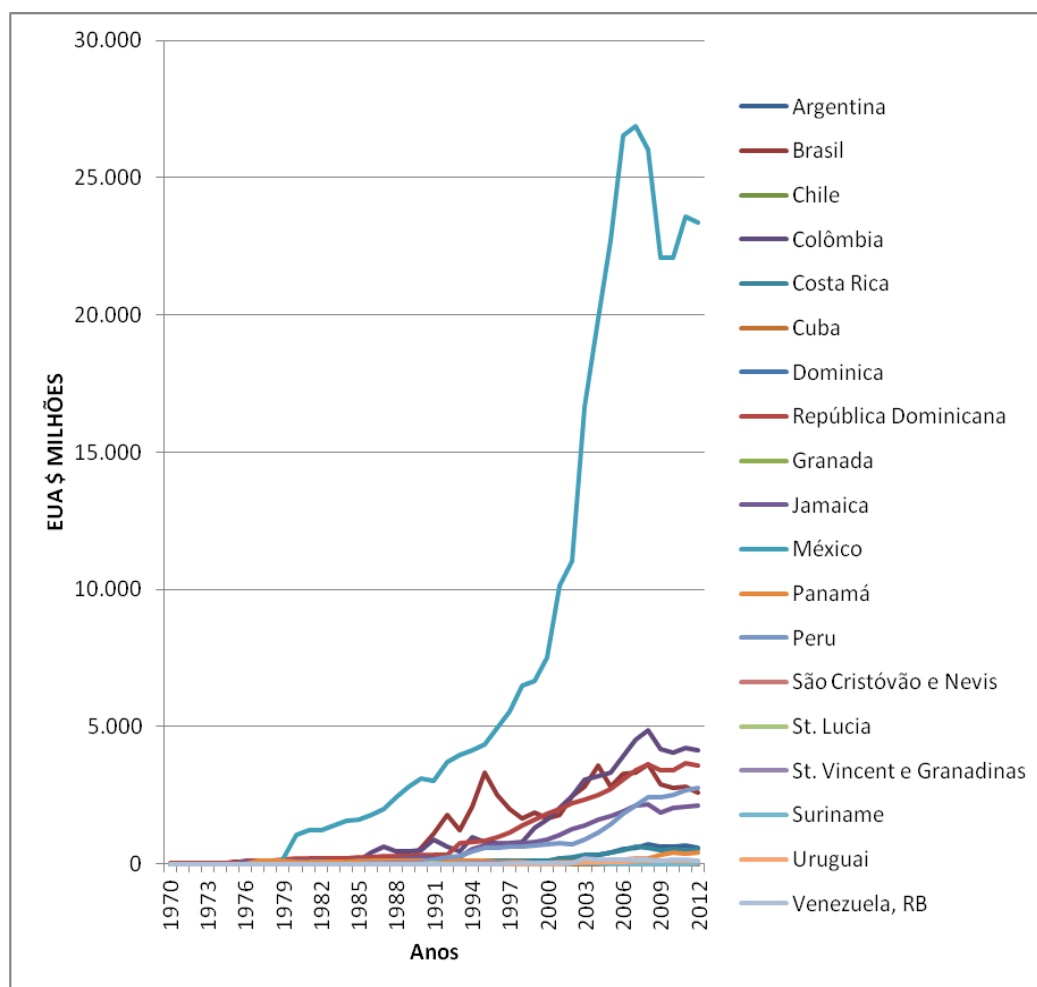
Em 2009, a ALC contava com uma população de 572,5 milhões de habitantes (WORLD BANK, 2013). Os principais países de origem de migrantes são México, Colômbia, Brasil, El Salvador, Cuba, Equador, Peru, República Dominicana, Haiti e Jamaica. No entanto, os países mais impactados pela fuga de cérebros são diferentes. Até 2000, os primeiros 10 (dez) países mais impactados pela fuga de emigrantes com nível superior eram: Guiana (89,0%), Granada (85,1%), Jamaica (85,1%), São Vicente e Granadinas (84,5%), Haiti (83,6 %), São Cristóvão e Nevis (78,5%), Santa Lúcia (71,1 %), Antígua e Barbuda (66,8%), Belize (65,5%) e Dominica (64,2%) (WORLD BANK, 2013). Essa tenência migratória deixou o órgão da Comunidade do Caribe (CARICOM) preocupado com a enorme migração extrarregional de profissionais formados às custas dos respectivos governos (CARICOM, 2007).

Aproximadamente 84,8% dos emigrantes dos países da ALC destinam-se aos países membros da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) de alta renda. Segundo os dados registrados pelo Banco Mundial, a migração entre países em desenvolvimento conta com somente 0,1% da migração internacional (WORLD BANK, 2013). Contudo, dadas as tendências de alta mobilidade recíproca de mão-de-obra qualificada e não qualificada entre países limítrofes na Amazônia e no Caribe, onde se encontram muito frequentemente milhares de migrantes ilegais, é muito provável que a migração sul-sul seja maior.

As remessas para os países de média e baixa renda do mundo, em 1990, cresceram para cerca de US\$ 31 bilhões (BANCO MUNDIAL, 2006). Quinze anos depois, estima-se que tenham alcançado cerca de US\$ 200 bilhões, dos quais cerca de um quarto foi direcionado à ALC. Desde 1990, os países em desenvolvimento continuam a receber maiores fluxos de remessas que as economias desenvolvidas e em transição. Em 2009, os fluxos de remessas para os países em desenvolvimento excederam US\$ 350 bilhões e, como tal, superaram os fluxos de assistência oficial ao desenvolvimento e investimento proveniente do exterior (UNCTAD, 2009). A Ásia representa o maior receptor de remessas em todo o mundo em desenvolvimento, seguida pela América Latina e Caribe. Em 2010, a Ásia e a ALC contaram com 66% e 20%, respectivamente, dos fluxos de remessas enviados para Ásia, ALC e África, ou seja, essas três regiões foram receptoras de 86% das remessas. Por outro lado, há diversas peculiaridades regionais e nacionais referentes às medidas que os governos dos países em desenvolvimento poderiam tomar, particularmente na África, e na América Latina e Caribe, para acelerar o fluxo de remessas e melhor aproveitá-las para o desenvolvimento.

Até o ano de 2000, ALC tinha enviado 5.657.285 migrantes somente para os EUA, o que gerou um crescente fluxo de remessas. Um estudo realizado por Fajnzylber e López (2008) confirma que, em relação ao PIB, a ALC é uma das principais regiões beneficiárias de remessas. Junto com a Ásia Oriental, a ALC tem experimentado o maior crescimento das remessas oficialmente registadas desde 1980, com taxas de crescimento anual de 14%. Em 2010, as remessas para a ALC totalizaram cerca de US\$ 60 bilhões. Uma análise dos fluxos de remessas para os países de renda média alta na ALC mostra que o México é o maior receptor de remessas monetárias. Em 1979, o México recebeu US\$ 177 milhões, enquanto que em 2012, cerca de três décadas depois, as remessas totalizaram US\$ 23,3 bilhões. O Brasil é outro país de rendimento superior na ALC para o qual um alto volume de fluxo de remessas é enviado desde 1970. Um total de US\$ 82 milhões foi recebido por esse país em 1975, comparado com 2,5 bilhões, em 2012 (WORLD BANK, 2013) (Figura 1).

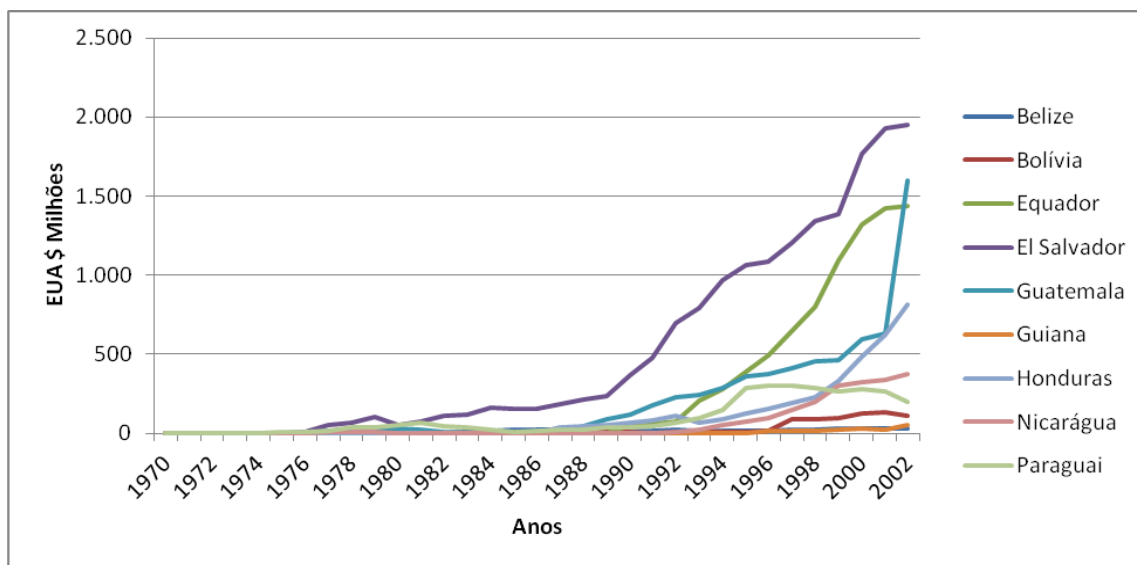
Figura 1: Fluxos de remessas para os países de renda média alta na ALC, 1970-2012.



Fonte: World Bank (2013).

Por outro lado, Guatemala, El Salvador e Equador são os três principais receptores das remessas na categoria de renda média baixa na ALC (Figura 2).

Figura 2: Fluxos de remessas para os países de renda média baixa na ALC, 1970-2002.

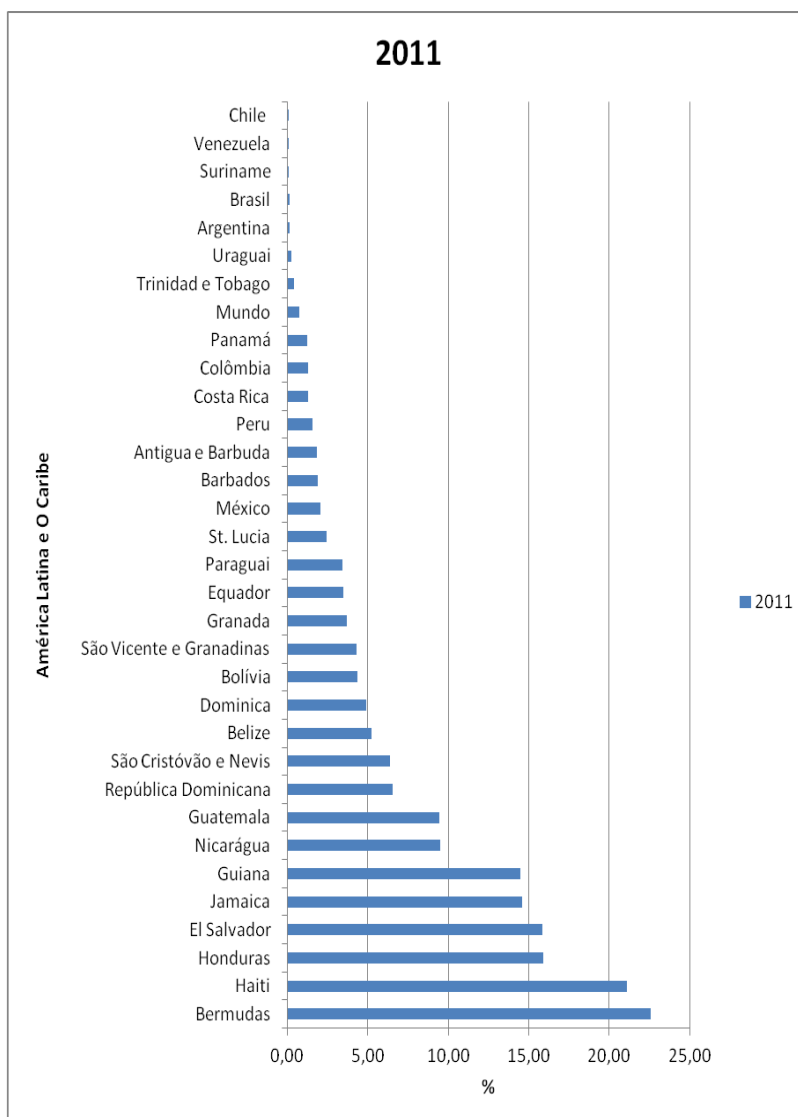


Fonte: World Bank (2013).

As estatísticas de 2011 mostram que, enquanto países como Guiana, Honduras e Jamaica recebem menor volume de remessas, de acordo com uma análise da proporção de remessas em relação ao PIB, as economias da Guiana e da Jamaica são fortemente dependentes de remessas. Nesse sentido, em 2011, as remessas representaram 15,8%, 14,8% e 14,6% do PIB de Honduras, Guiana e Jamaica, respectivamente (Figura 3).

A Guiana já perdeu mais de 56% da sua população devido à emigração, principalmente para os países membros da OCDE – Estados Unidos (56,8%), Canadá (21,6%) e Reino Unido (5,5%). Diversos pesquisadores opinam que a grande diáspora da Guiana para os países da OCDE gera maiores fluxos de remessas monetárias (PETERS, 2009; KIRTON, 2005). Esta observação parece plausível, caso se considere que o rendimento médio dos emigrantes guianeses nos EUA, conforme o censo de 2000 dos EUA, supere o da diáspora europeia, da diáspora africana, a renda média para a ALC, e a renda média para todas as categorias de imigrantes nos EUA. Certamente, isso pode ser explicado pela enorme fuga de cérebros de profissionais nas áreas de serviços de educação, de saúde e sociais, que, juntos, respondem por 26,4% da diáspora da Guiana nos EUA.

Apesar de seus maiores fluxos de remessas para países como o México e o Brasil, estas representam somente 2,04% e 0,11%, do PIB, respectivamente (WORLD BANK, 2013) (Figura 3).

Figura 3: Remessas como % do PIB, dos países da ALC, 2011.

Fonte: World Bank (2013).

4 INTEGRAÇÃO EM POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO

Ressaltando a importância das remessas como uma ferramenta para o desenvolvimento econômico na América Latina e Caribe, as organizações multilaterais como o Banco Mundial, o Banco Interamericano de Desenvolvimento e o Fundo Monetário Internacional (FMI) encomendou uma série de estudos nacionais, principalmente para avaliar questões como: (1) o impacto das remessas dos migrantes no México (ZÁRATE-HOYOS, 2005), a migração, o dinheiro e os mercados na América Central (OROZCO, 2005) (3) as remessas para os países vizinhos da América Latina (FAGEN;

BUMP, 2005) (4) as remessas para os países do bloco andino (SOLIMANO, 2005), (5) as remessas para o Caribe de fala inglesa (KIRTON, 2005).

Ainda houve uma série de estudos que exploraram o impacto das remessas sobre a pobreza (ACOSTA, FAJNZYLBER, LÓPEZ, 2008), o crescimento (GIULIANO; RUIZ-ARRANZ, 2005), gestão de riscos (AMUEDO-DORANTES; POZO, 2004), fluxos e impactos sul-sul (RATHA SHAW, 2007); os fluxos norte-sul (TERRY; WILSON, 2005; KITON, 2005). Por outro lado, muito pouco se sabe sobre os fluxos de remessas não monetárias, no contexto de seus impactos para o desenvolvimento econômico e social e suas relações com as remessas monetárias (WORLD BANK, 2005).

Nesses estudos realizados em toda LAC e estudos realizados em outras regiões, conceitos e metodologias diferiram significativamente, impedindo assim um consenso sobre a comparabilidade dos resultados em relação às estimativas e impactos, positivos e/ou negativos, das remessas sobre as dimensões sociais e econômicas de desenvolvimento (PETERS, 2009; RATHA; SHAW, 2007; TERRY; WILSON, 2005). Além disso, os estudos existentes confirmam que sob diferentes arranjos institucionais, os resultados da interação entre migração e remessas e estas dimensões do desenvolvimento poderiam acelerar ou desacelerar o desenvolvimento socioeconômico em níveis diferentes através de criação de emprego, consumo, poupança e investimento.

Desde 2000, o Fundo Multilateral de Investimentos (FUMIN) do BID tem fortalecido as ações para apoiar países na região ALC no aproveitamento de remessas para o desenvolvimento. Através de pesquisa e disseminação de conhecimento de pesquisas científicas, o FUMIN criou uma unidade especificamente para abordar assuntos relacionados às remessas visando: (1) a redução no custo de enviar remessas, (2) reduzir o custo de transação para os receptores de remessas e para aumentar o acesso a transferência de remessas, (3) aumentar o nível de poupança entre receptores de remessas em instituições financeiras, (4) mobilizar uma porção de remessas em investimentos produtivos. Na luz dessas quatro metas, os projetos do FUMIN são de 05 categorias: (1) remessas e habitação, (2) remessas, políticas e marcos regulatórios, (3) remessas e poupança, (4) remessas e investimentos na produção, (5) remessas, educação e capacitação em empreendedorismo. O FUMIN ainda abarca outras iniciativas do Banco Mundial, do PNUD e de outras instituições na busca de acelerar o crescimento econômico através do uso de remessas.

Apesar dessas ações consolidadas em nível internacional, críticos de remessas para o crescimento econômico e desenvolvimento insistem em que as remessas destinadas às famílias entram diretamente na cesta familiar e por conseguinte não poderão gerar impactos econômicos positivos como investimentos provenientes do exterior. Além disso, é argumentado que fluxos contínuos de remessas contribuem na criação de uma situação de dependência entre os receptores, assim negativamente impactando na produtividade da força de trabalho e crescimento econômico. No caso

da Guiana, as mulheres recebem mais 70% de remessas e 65,5% das mulheres em idade econômica ativa estão fora do mercado de trabalho e 15,1% das mulheres encontram-se desempregadas (CORBIN, 2012). Mesmo com a síndrome de dependência, não existe a possibilidade dessas mulheres em aproveitar remessas como fonte de renda para garantir crédito para micro investimentos como é o caso de outros países na ALC (CORBIN, 2012).

Um estudo dos determinantes macroeconômicos e suas consequências sobre as remessas monetárias para a Guiana, encomendado pelo BID, sugere que os diferenciais de renda dos migrantes no país de destino e da população no país de origem são importantes determinantes das remessas (PETERS, 2009). O estudo indica ainda que os diferenciais da taxa de juros tiveram um impacto muito pequeno sobre os fluxos de remessas, enquanto que os custos de transação e o tempo economizado por operação foram identificados como determinantes significativos. No que diz respeito às consequências, o estudo confirmou um impacto positivo sobre o consumo e a renda e um impacto negativo sobre o investimento. Pelo próprio fato de que a Guiana importa a maior parte de seus bens de consumo, essa injeção de capital das remessas na economia pode ser perdida rapidamente pelo vazamento de capital na importação. Em 2010, a importação de bens de consumo dos EUA pela Guiana ficou em US\$ 376,8 milhões, enquanto as remessas dos EUA ficaram em US\$ 308 milhões no mesmo ano fiscal (BANK OF GUYANA, 2010). Nesse ano, 28% de bens de consumo importados foram em alimentos, enquanto 34,3% foram em alimentos, roupas e calçados combinados. Esta fuga financeira representa um importante fator que restringe os impactos das remessas sobre o crescimento econômico e o desenvolvimento do país.

Um estudo para o Brasil financiado pelo Fundo Multilateral de Investimentos do BID (2008) mostra que entre abril e maio de 2004, os maiores volumes de remessas provinham dos EUA, do Japão e da Europa (Portugal, Itália, Reino Unido, Espanha, França e Alemanha). Certamente, essas remessas são resultados dos grandes fluxos de brasileiros para esses países. Estes fluxos revelam, por outro lado, a tradição da imigração; representam o "retorno" de descendentes de japoneses em países latino-americanos, como Brasil, Peru e Argentina, em resposta às políticas de imigração do Japão para combater a escassez de trabalho causada pelo envelhecimento da população (SURO, 2005). 97% das remessas para o Brasil fluem para as regiões Sudeste e Sul, sendo que 46%, 13% e 10% foram destinadas, respectivamente, a consumo básico familiar, educação e investimento. Apesar do fato de que essas regiões brasileiras contam com os maiores índices de desenvolvimento do país e comparativamente, também, com muitos outros países da ALC, o uso das remessas ocorre de forma semelhante à dos países mais pobres da ALC, como Guiana, Guatemala e Jamaica.

Embora não capturados nos estudos do BID, existem fluxos de remessas de brasileiros que migram para países vizinhos como a Guiana (CORBIN, 2009). Talvez, a maneira ilegal em que essas remessas são transferidas pode ser a principal razão pela qual os seus fluxos não são registrados nem

pelo Banco Mundial nem pelo BID. Além disso, há poucos estudos focados em fluxos de remessas entre os países em desenvolvimento, apesar de que as estatísticas do Banco Mundial (2008) revelem uma tendência de aumento da migração sul-sul (RATHA; SHAW, 2007). Nesse sentido, Ratha (2011) argumenta que sendo a migração sul-sul estimada em 45% da migração mundial o fluxo de remessas entre países em desenvolvimento deve ter alguma relevância para o desenvolvimento desses países, especialmente para países limítrofes. Além disso, a literatura sobre migração e remessas se concentra quase exclusivamente sobre os impactos da migração e as remessas no desenvolvimento econômico dos países em desenvolvimento, como é o caso da Guiana e de outros países na ALC, cujos PIB são alimentados de maneira significativa por fluxos de remessas monetárias.

Com referência à importância das remessas para o desenvolvimento econômico, Terry e Wilson (2005) observaram uma relação positiva entre os fluxos de remessas e investimentos, crescimento econômico e desenvolvimento para os casos de Jamaica e outros países da ALC. Na base de seus estudos esses autores insistem que uma vez que arranjos institucionais necessários sejam estabelecidos para aproveitar as potencialidades de remessas, os efeitos multiplicadores podem gerar empregos, consumo, poupança e investimentos. No mesmo sentido Ratha (2011) argumenta que a longo prazo, a imigração traz benefícios para os países de origem e destino que vão além das remessas monetárias. Tais benefícios podem incluir remessas não monetárias, formação de capital humano, formação de associações nos países de origem ou lugares de nascimento, *networking* da diáspora, e circulação de cérebros. Esses fatores poderiam acelerar o desenvolvimento nos países de origem (KIRTON, 2006; TERRY; WILSON, 2005; STUBBS; REYES, 2004; OROZCO, 2004; OROZCO, 2000).

Sobre remessas não monetárias, Peter (2009) conclui para os casos da Guiana e outros países anglófonos do Caribe que esse tipo de remessas seguem um padrão sazonal e recomenda pesquisas mais aprofundadas para distinguir os fatores que diferenciam as remessas monetárias e as não monetárias. Igualmente Orozco (2003) estima que as remessas em espécie para países do Caribe poderiam ser responsáveis por pelo menos 20% do total dos fluxos de remessas monetárias e Corbin (2012) estima que as remessas não monetárias para a Guiana ocupam 13% do total de remessas monetárias, com uma equivalência de US\$ 40.040.000 das remessas monetárias, em 2010.

Devido ao reconhecimento dessas fontes inexploradas de financiamento para o desenvolvimento socioeconômico dos migrantes tanto nos países de origem como de destino, vários governos dos países desenvolvidos e em desenvolvimento estão cada vez mais tomando medidas no sentido de explorar de maneira mais eficiente as potencialidades das remessas (PLAZA; RATHA, 2011).

A seguir alguns exemplos.

1. O programa de codesenvolvimento instituído pelo governo francês, em colaboração com o governo senegalês é uma iniciativa inovadora para aproveitar remessas da diáspora no desenvolvimento de Senegal, enquanto facilita a assimilação dos imigrantes no país de destino (BRÄUTIGAM, 2010). O governo senegalês criou um portal na Internet, para ajudar a Organização Internacional para as Migrações, a categorizar os migrantes conforme suas profissões e, ao mesmo tempo, vários ministérios no país competem por fundos da diáspora para a execução de projetos em áreas que incluem a infraestrutura de água, saneamento e turismo.
2. Um portal de internet semelhante foi criado na Guiana, mas o foco é um pouco diferente. A Universidade da Guiana criou este portal para identificar seus egressos em todo o mundo. Mas o portal não inclui emigrantes pouco qualificados ou da primeira geração de emigrantes da Guiana que receberam toda a sua formação profissional em países estrangeiros. A formação da organização da diáspora ou associações no país de origem ou cidades natais é outra maneira que os emigrantes dispõem para mobilizar coletivamente remessas monetárias e não monetárias para auxiliar projetos para o desenvolvimento dos seus países de origem (OROZCO, 2003). Ao estudar as associações da diáspora africana na Dinamarca, Trans e Vammen (2011) classificaram-nas em três categorias: (1) organizações de base; (2) associações etno-nacionais; e (3) associações orientadas a projetos de desenvolvimento. Esses autores constataram que a capacitação e o financiamento são fundamentais para aumentar a eficácia dessas associações.
3. No caso da África, as agências governamentais e instituições privadas estão aproveitando cada vez mais as diásporas de diversas formas. As embaixadas de Etiópia, Quênia e Uganda, em Londres e Washington, lançam fóruns de comércio de negócios para fomentar o comércio internacional e os investimentos do exterior (CRUSH, 2011). Em relação ao comércio internacional e à migração de africanos para os países da OCDE, Dolman (2008) concluiu que os países tendem a estabelecer laços comerciais maiores com os países dos quais receberam imigrantes.
4. No caso do comércio entre Guiana e Brasil, Corbin (2012) observou um aumento rápido de comerciantes brasileiros em empreendimentos de pequena escala na Guaiana, em resposta ao aumento do volume da migração brasileira da conseqüente demanda por bens e serviços de origem brasileira. Da mesma forma, Leblang (2011) chama a atenção sobre as redes sociais que facilitam o investimento transfronteiriço na África, diminuindo as assimetrias informacionais. Como os migrantes têm informações específicas sobre a língua, os costumes,

a cultura e os regulamentos em mercados potenciais, minimizam, assim, o alto custo para a aquisição de informações de qualidade para investimentos transfronteiriços.

5. Em seu estudo sobre a migração de retorno e desenvolvimento de pequenas empresas na Argélia, no Marrocos e na Tunísia, Gubert e Nordman (2011) afirmam que a propensão a investir depende de uma série de fatores, inclusive do perfil sócio-demográfico dos migrantes de retorno, bem como das vantagens econômicas no país de origem como infraestrutura, burocracia, e estabilidade política.
6. Nos casos da Etiópia e de Ruanda foram feitos esforços para utilizar as remessas para aumentar a participação das remessas no setor de habitação (CRUSH, 2011). No caso de remessas de indianos do Canadá, Bhargava e Sharma (2008) chamam atenção sobre o aproveitamento de remessas para o desenvolvimento na Índia. Ketkar e Ratha (2011) reforçaram a importância dos fundos da diáspora usados como uma fonte barata de financiamento externo para o desenvolvimento em Israel e na Índia. Eles ainda recomendam um modelo semelhante para o Haiti, considerando o alto custo de reconstrução desse país desde o último desastre ambiental. No México, os governos federal, estaduais e municipais estão considerando sua diáspora como um agente de desenvolvimento social e econômico das microrregiões que enfrentam diferentes índices de marginalização (SEDESOL, 2005). O “Programa Iniciativa Cidadã”, se enquadra no Plano Nacional de Desenvolvimento a Política Nacional de Desenvolvimento Social 2001-2006. Entre 2002-2004, diversas instituições governamentais e ONG locais e suas conexões com a diáspora e os beneficiários locais têm levado à identificação das necessidades locais de desenvolvimento e implementação de projetos em áreas prioritárias tais como: fornecimento e comercialização, água potável, saneamento e drenagem, desenvolvimento rural, produção primária, centros de saúde, educação, energia/eletrificação, incentivos para a produção e o aumento da produtividade, esportes, criação de gado, lazer, e recuperação de locais históricos e culturais (SEDESOL, 2005).

Da literatura revisada, pode-se concluir que tem havido diversos esforços internacionais em todas as regiões, incluindo Europa, América Latina e Caribe para facilitar a mobilidade de pessoas e bens, em resposta à globalização, mas que pouca atenção tem sido dada ao engajamento das diásporas para mobilizar suas remessas monetárias e não monetárias, como parte de qualquer estratégia nacional ou regional para o desenvolvimento socioeconômico de longo prazo. Para a região da América Latina, Terry e Wilson (2005) salientaram a importância de uma abordagem institucionalista para aumentar o fluxo de remessas para a região.

Nota-se também que a atenção maior está focada na contribuição ou possível contribuição da diáspora de pessoas altamente qualificados nos países desenvolvidos. Embora reconhecendo a sua

importância e a necessidade de pesquisas mais aprofundadas, Ratha (2011) salientou a importância das diásporas de baixa qualificação em particular no contexto da migração transfronteiriça. Com referência aos países de destino, ele salienta ainda que o potencial dos migrantes é frequentemente subestimado ou minimizado, uma vez que eles raramente são vistos como agentes de desenvolvimento, como, por exemplo, nos países africanos de destino. A mesma situação se mantém em alguns países da ALC, como no caso das remessas da diáspora brasileira na Guiana (CORBIN, 2009). A maneira informal como essas remessas são efetuadas representa um grande desafio para a comunidade acadêmica melhor estudar esses fluxos e seus impactos nos lugares de origem dos migrantes.

Da mesma forma, os preconceitos que os imigrantes enfrentam em terras estrangeiras pode ser uma sinalização de que os respectivos países não estão preparados para: (1) aproveitar a diáspora e as remessas como agentes e/ou ferramentas para o desenvolvimento, (2) valorizar o potencial da sociedade multicultural, onde o multilinguismo e o transnacionalismo poderiam ser utilizados como ferramentas para a expansão dos laços comerciais e facilitar o investimento estrangeiro direto, e, ao mesmo tempo, aprofundar a integração regional. Com relação à migração, à diáspora e ao desenvolvimento, o Relatório da Migração no Mundo de 2010 identificou as seguintes 10 (dez) áreas-chave que os governos poderiam aproveitar no planejamento para o desenvolvimento: (1) integrar migração no planejamento de desenvolvimento, (2) otimizar os fluxos de remessas formais, (3) maximizar os impactos de remessas sobre o desenvolvimento, (4) engajar diásporas, (5) consolidar redes de conhecimento, (6) fortalecer ações entre o retorno e desenvolvimento, (7) promover a migração circular, (8) oferecer treinamento para reter, (9) desenvolver políticas éticas de recrutamento e (10) fortalecer capacitação institucional (ILO, 2010, p. 46).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na América Latina e Caribe, houve foco significativo no México, em El Salvador e na Guatemala, com muito pouca atenção dada às particularidades dos países da fala inglesa como a Guiana, que perdeu mais de 56% da sua população total, a maior parte dos mais educados, por causa da migração internacional e, ao mesmo tempo, é uma das economias da ALC, em relação ao PIB, fortemente dependente de remessas. Tendo em conta que as remessas monetárias sozinhas ultrapassam investimentos provenientes do exterior para Guiana desde a virada do novo milênio, uma quantificação das remessas não monetárias poderia permitir uma compreensão mais clara dos fluxos e usos de remessas das famílias guianenses, e como tal, poderia informar políticas institucionais para o crescimento econômico e o desenvolvimento.

Apesar do consenso das posições do Banco Mundial, do BID e do FMI sobre o potencial que representam as remessas para o desenvolvimento, existem diferenças importantes na forma como as

remessas são consideradas na agenda política dos governos. Do ponto de vista regional, a emigração extrarregional da ALC e o envio de remessas identifica essa região como uma das maiores receptoras do mundo. No entanto, não há consenso sobre o efeito multiplicador das remessas para o crescimento econômico e o desenvolvimento. Alguns consideram as remessas uma ferramenta importante para estimular o desenvolvimento socioeconômico; para outros os fluxos de remessas pouco contribuem ao crescimento e desenvolvimento econômico porque as remessas entram diretamente à cesta básica das famílias originando pouca poupança e investimento, que são fatores fundamentais para o crescimento econômico.

Na ALC poucos são os estudos sobre remessas não monetárias e os arranjos institucionais, se houver, para permitir ou restringir os fluxos. Apesar da intensificação cada vez mais da migração e diversos tipos de mobilidade entre países limítrofes na ALC, a literatura sobre os fluxos intrarregionais de remessas monetárias e não monetárias permanece escassa. Além dessas limitações, a diversidade de experiências regionais, nacionais e locais, e a multiplicidade de arranjos institucionais podem limitar o avanço teórico e anular a possibilidade de formular um modelo geral sobre a importância das remessas para fins de implementação de políticas para o desenvolvimento. Para os fins de fortalecimento teórico e a formulação de políticas bem definidas, seria importante estudar remessas a partir de diferentes escalas geográficas para melhor entender como os ambientes econômico, social, cultural, político e até mesmo fatores ambientais podem variar em suas influências recíprocas nos fluxos e impactos de remessas em nível local, regional e global. A literatura na LAC e outras regiões, incluindo a Ásia e a África, revela que os fluxos de remessas não monetárias permanecem significativamente subestimados/subestimados, uma vez que a maioria dos estudos têm se concentrado na dimensão monetária das remessas.

A existência das divergências respeito das definições de remessas quanto monetária como não monetária e metodológicas no estudo de fluxos e quantificação de remessas ainda limita a comparabilidade de estudos realizados entre países na região ALC e em outros reinos do mundo.

Diante dessas limitações observada na literatura existente, salientamos a necessidade de:

- Maior reconhecimento das potencialidades de remessas pelos respectivos governos na região principalmente em países membro de CARICOM, e a integração de remessas no planejamento de desenvolvimento.
- Fortalecimento nas ações para apoiar na reestruturação no sistema financeira na região ALC com maior atenção nos países mais vulneráveis como Guiana, onde a maior parte das remessas é canalizada fora do sistema bancário e os receptores de remessas não possam aproveitá-lo como fonte de renda para ter acesso a microcrédito para investimentos produtivos.
- Fortalecimento nos estudos para melhor quantificar o volume e impactos de remessas não monetária nos países receptores.

- Estudos que integram remessas monetárias e não monetárias num modelo único para melhor analisar seus impactos sobre consumo, poupança e investimento.
- Estudos que permitir melhor entender os fluxos de remessas através de países limítrofes tais como na região caribenha, na América Central, no América do sul e na região Pan-Amazônica.

Rererências:

- ACOSTA, P.; FAJNZYLBER, P.; LÓPEZ, H.J. How important are remittances in Latin America? In: FAJNZYLBER, P.; LÓPEZ, J. H. (Eds.). *Remittances and Development: lessons from Latin American and the Caribbean*. Washington, D.C: World Bank Group, 2008. p. 21-52.
- AGARWAL, R.; HOROWITZ, A. Are International Remittances Altruism or Insurance? Evidence from Guyana Using Multiple- Migrant Households. *World Development*, v. 30, n. 11, nov. 2002.
- AMUEDO-DORANTES, C.; POZO, S. ‘Workers’ Remittances and the Real Exchange Rate: A Paradox of Gifts. *World Development*, v. 32, p. 1407-17, ago. 2004.
- BANCO INTERAMERICANO DO DESENVOLVIMENTO (BID). Remessas para América Latina e o Caribe devem cair 11% em 2009. *News Release*, BID, 2009. Disponível em: <<http://www.idb.org>>. Acesso em: 12 ago. 2009.
- BANK OF GUYANA. *Annual Report*, Georgetown, Guyana, 2010.
- BHARGAVA, K.; AND J. SHARMA. *Building Bridges: a case study on the role of the Indian Diaspora in Canada*. Kingston: Queen’s University/ School of Policy Studies, 2008.
- BRÄUTIGAM, D. *China, Africa and the International Aid Architecture*. Tunisia: African Development Bank Group, 2010. (Working Paper, 107)
- BUENO, M.; BAENINGER, R. Migrações internacionais e remessas: o caso brasileiro. In: CGEE, *População e políticas sociais no Brasil: Os desafios da transição demográfica e das migrações internacionais*. Brasília: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, 2008, p. 315-54.
- CARIBBEAN COMMUNITY SECRETARIAT. *Mass migration of Caribbean professionals cause for concern*. Georgetown, Guyana. 2007. Disponível em: <<http://www.caricom.org> [May, 2007]>. Acesso em: 13 maio 2011.
- CHAMI, R., CONNELL F.; SAMIR J. Are Immigrant remittance flows source of capital for development. *IMF Staff Papers*, v. 52, n. 1, abr. 2005.
- COMISIÓN ECONÓMICA PARA AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE. *Migration in the Caribbean - What do we know?* Caribbean Expert Group on Human Rights and Development in the Caribbean. Port of Spain, Trinidad: s. ed. 2005.
- CORBIN, H. *Guyanese Migration and Remittances to Guyana: a case study of their potentials and challenges for Guyana’s Economy*. Doctoral Dissertation, published, NAEA/UFGPA, Belém, 2012.
- _____. Migração internacional e desenvolvimento: o caso da Guiana. In: ARAGON. L. (Org). *Migração Internacional na Pan-Amazônia*. Belém: NAEA, 2009. p. 163-184.
- CRUSH, J. Diasporas of the South: Situating the African Diaspora in Africa. In: PLAZA, S.; RATHA, D. *Diaspora for Development of Africa*. Washington D.C.: World Bank, 2011. p. 55-78.
- DOLMAN, B. *Migration, trade and investment*. Camberra: Productivity Commission Staff, 2008.
- FAGEN, P. W.; BUMP, M. N. Remittances between neighboring countries in Latin America. In: TERRY, D. F.; WILSON, S. R. (Ed.). *Remesas de inmigrantes*. Washington, D.C.: Banco Interamericano de Desarrollo, 2005. p. 219-244.
- FAJNZYLBER, P.; LÓPEZ, J. H. (Eds.). *Remittances and development: lessons from Latin American and the Caribbean*. Washington, D.C: World Bank Group, 2008.

GIULIANO, P.; MARTA R. A. Remittances, financial development and growth. *IMF Working Paper*, Washington D.C, International Monetary Fund, n. 5/234, 2005.

GUBERT, F. “Do Migrants Insure Those Who Stay Behind? Evidence from the Kayes Area (Western Mali). *Oxford Development Studies*, v. 30, p. 267-287, 2002.

GUBERT, F.; NORDMAN, C.J. Return migration and small enterprise development in the Maghreb. In: PLAZA, S.; RATHA, D. *Diaspora for Development of Africa*. Washington D.C.: World Bank, 2011. p. 103-126.

HALL, J. *Ten Years of innovation in Remittances: lessons learned and models for the future*. FOMIN, Multilateral Investment Group. Washington, D.C.: Banco Interamericano de Desarrollo, 2010.

INTERNATIONAL LABOUR ORGANIZATION (ILO). *World migration report: the future of migration: building capacities for change*. Geneva: ILO, 2010.

JOHNSON, G. E.; WHITELOW, W. E. Urban-Rural Income Transfers in Kenya: An Estimated-Remittances Function. *Economic Development and Cultural Change*, v. 22, p. 473-379, 1974.

KETKAR, S. L.; RATHA, D. Diaspora bonds: tapping the Diaspora during difficult times. In: PLAZA, S.; RATHA, D. *Diaspora for Development of Africa*. Washington D.C.: World Bank, 2000. p. 127-144.

KIRTON, C. D. Remittances: the experiences of the English-speaking Caribbean. In: TERRY, D. F.; WILSON, S. R. (Ed.). *Remesas de inmigrantes*. Washington, D.C.: Banco Interamericano de Desarrollo, 2005. p. 261-296.

LEBLANG, D. Another Link in the Chain: Migrant Networks and International Investment. In: PLAZA, S.; RATHA, D. (Ed.). *Diaspora for Development*. Washington, DC: World Bank, 2011.

LUCAS, R. E.; STARK, O. Motivations to remit: evidence from Botswana. *Journal of Political Economy*, v. 93, n. 5, p. 901-918, 1985.

SECRETARIA DEL DESARROLLO SOCIAL. *Evaluación externa del Programa Iniciativa Ciudadana 3x1 2004: Síntesis ejecutiva*. México: SEDESOL, 2005.

OROZCO, M. La migración, el dinero y los mercados: la nueva realidad de Centroamérica. In: TERRY, D. F.; WILSON, S. R. (Eds.). *Remesas de inmigrantes*. Washington, D.C.: Banco Interamericano de Desarrollo, 2005. p. 209-234.

_____. All in the Family: Latin America’s Most Important International Financial Flow. *Inter-American Dialogue*, jan. 2004.

_____. Remitting Back Home and Supporting the Homeland: The Guyanese community in the U.S. *Inter-American Dialogue*, Washington, 15 jan. 2003. (Working paper commissioned by USAID GEO Project).

_____. Latino Hometown Associations as agents of development in Latin America. *Inter-American Dialogue*, Washington, jun. 2000.

PETERS, A. C. *Macroeconomic determinants and consequences flows to Guyana*. Washington, D. C.: Inter-American Development Bank, 2009. (Working Paper)

PLAZA, S.; RATHA, D. Harnessing Diaspora resources for Africa. In: _____. *Diaspora for development of Africa*. Washington D.C.: World Bank, 2011. p. 1-54.

RATHA, D.; SHAW, W. *South-South Migration and Remittances*. Washington, D.C.: World Bank Group, 2007.

- SOLIMANO, A. Remittances to the Andean Region. In: TERRY, D. F.; WILSON, S. R. (Ed.). *Remesas de inmigrantes*. Washington, D.C.: Banco Interamericano de Desarrollo, 2005. p. 245-260.
- STARK, O. Migration in LDCs: Risk, Remittances, and the Family. *Finance and Development*, p. 39-41, dez. 1991.
- STUBBS, J.; REYES, H. *Migration in the Caribbean: a path to Development?* Washington, D.C.: World Bank, 2004.
- SURO, R. Encuesta de remitentes y receptores de remesas. In: TERRY, D. F.; WILSON, S. R. (Ed.). *Remesas de inmigrantes*. Washington, D.C.: Banco Interamericano de Desarrollo, 2005. p. 23-44.
- TERREY, D. F.; WILSON, S. R. Para que las remesas produzcan resultados. In: TERRY, D. F.; WILSON, S. R. (Ed.). *Remesas de inmigrantes*. Washington, D.C.: Banco Interamericano de Desarrollo, 2005. p. 403-424.
- _____. *Remesas de inmigrantes*. Washington, D.C.: Banco Interamericano de Desarrollo, 2005.
- TRANS, L. O.; VAMMEN, I. M. African Diaspora Associations in Denmark: A Study of Their Development Activities and Potentials. In: PLAZA, S.; RATHA, D. *Diaspora for development of Africa*. Washington D.C.: World Bank, 2011. p. 145-164.
- UNITED NATIONS COUNCIL ON TRADE AND DEVELOPMENT (UNCTAD). Disponível em: <<http://www.unctad.org>. 2011>. Acesso em: 12 jan. 2012.
- WORLD BANK. *Migration and Remittances Data*. 2013 Disponível em: <http://econ.worldbank.org>. Acesso em: nov. 2013.
- WORLD BANK. *Leveraging migration for Africa: remittances, skills and investments*. Washington, D.C.: World Bank, 2011.
- WORLD BANK. *Global economic prospects 2006: economic implications of remittances and migration*. Washington D.C.: World Bank, 2005.
- ZÁRATE-HOYOS, G. A. The Development Impact of Migrant Remittances in Mexico. In: TERRY, D. F.; WILSON, S. R. (Ed.). *Remesas de inmigrantes*. Washington, D.C.: Banco Interamericano de Desarrollo, 2005. p. 159-192.